

**A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: A EVOLUÇÃO
DA LINGUAGEM EDUCACIONAL NO TEMPO –
DO ASSISTENCIALISMO A CONTEMPORANEIDADE**

Mariana Nogueira Pereira (UENF)

marianapereiar@gmail.com

Cristiana Barcelos da Silva (UENF)

cristianabarcelos@gmail.com

RESUMO

O debate a respeito da educação infantil no Brasil permeia questões históricas, socioeconômicas e culturais. Quando relacionado a evolução da linguagem educacional, percebe-se a existência de uma mudança de parâmetros e compreensão a respeito do entendimento das fases da infância próprias do período da educação infantil, em especial a fase do desenvolvimento das capacidades da criança de tão pouca idade. Objetiva-se construir uma linha de raciocínio acerca do caráter histórico assistencialista inerente ao que se entendia como educação nos anos iniciais e seu progresso enquanto processo de formação, prática escolar e linguagem de tratamento. O tema se mantém sob a premissa de que há uma demanda social a ser atendida e se justifica diante da problemática envolta ao reconhecimento da necessidade de profissionalização daqueles que se apresentam frente a classes infantis como educadores. Quanto a metodologia, o trabalho se desenvolverá por meio da análise bibliográfica de artigos científicos e periódicos de autores que tratam os temas em questão. Contribuições de Freire (1993), Fuly e Veiga (2012) conduziram a discussão no que tange o profissional da educação infantil e, o enfrentamento a uma ótica assistencial. A pesquisa é qualificada como qualitativa, uma vez que, seu principal meio de obtenção de resultados e argumentação será a revisão literária.

Palavras-chave:

Assistencialismo. Educação Infantil. Linguagem educacional.

ABSTRACT

The debate about early childhood education in Brazil permeates historical, socioeconomic and cultural issues. When related to the evolution of educational language, it is noticed the existence of a change in parameters and understanding regarding the understanding of childhood phases typical of the period of early childhood education, in particular the phase of development of the abilities of children at such a young age. The objective is to build a line of reasoning about the historical assistance character inherent to what was understood as education in the early years and its progress as a training process, school practice and treatment language. The theme remains under the premise that there is a social demand to be met and is justified given the problem surrounding the recognition of the need for professionalization of those who present themselves to children's classes as educators. As for the methodology, the work will be developed through the bibliographic analysis of scientific articles and periodicals by authors who deal with the themes in question. Contributions from Freire (1993), Fuly and Veiga (2012) led the discussion regarding the professional of

early childhood education and the confrontation from a care perspective. The research is qualified as qualitative, since its main means of obtaining results and argumentation will be the literary review.

Keywords:

Welfare. Child education. Educational Language.

1. Introdução

Segundo Ariès (1986) os primeiros atos educacionais eram desenvolvidos através do contato com a experiência de outros adultos em espaços ofertados por grupos clérigos. Neste contexto, a educação era pensada como transmissão de conhecimentos religiosos, dignificação do homem, e segurança. Posteriormente, Gonçalves (2012) retrata a história das creches no Brasil como uma medida médico-assistencialista voltada à contenção de epidemias. A partir da oferta destes espaços, surgem as primeiras reivindicações para a institucionalização educacional, ou seja, as creches como espaço de desenvolvimento cognitivo. A Educação Infantil se desdobra diante da oferta e demanda e é reconhecida como atendimento especializado, modalidade de ensino, direito de todos.

A linguagem assistencialista inerente a Educação Infantil se dá em razão dos processos histórico, cultural, e socioeconômicos que atravessaram a trajetória nacional. Este sentido se desdobrou historicamente nos contextos; religiosos, institucionais e posteriormente educacionais. A reflexão acerca das questões que estimularam a manutenção do caráter assistencial está relacionada a permanência das diversas carências sociais.

Ao longo da história o caráter assistencial se manteve diante da complexidade das questões político-sociais. No entanto, há uma atemporalidade em relação às problemáticas contemporâneas, que refletem, dessa forma, na preservação de tais processos. A linguagem é um fenômeno cultural, e se mostra atrelada a realidade das diferentes culturas. Dessa forma, apesar do direito a educação, as instituições ainda são idealizadas e procuradas como um espaço de amparo e complemento familiar, portanto, o dialeto ou jargão popular tende a permanecer.

2. A Educação Infantil no Brasil

No Brasil, a Educação Infantil (EI) deve ser analisada em suas diversas faces; histórica, social e cultural. O atendimento especializado a criança em anos iniciais surge há pouco mais de um século em razão de

uma demanda social. Estudos voltados a análise do progresso desse sistema ao longo dos anos, demonstram que há uma ruptura no entendimento acerca do significado de criança e infância. Compreende-se que, a partir deste fenômeno uma nova ótica passa a atravessar o contexto histórico da EI, relacionando-a não só a critérios como saúde, segurança e alimentação, mas a educação.

Philippe Ariès (1986), em *História Social da Criança e da Família*, expõe a problemática envolta na trajetória das crianças durante Idade Média. Neste período, não havia um padrão etário, portanto, o sujeito era integrado a sociedade ainda em idade mínima. A depender da necessidade, os filhos pertencentes a famílias menos abastadas passavam a compor a força de trabalho e ajudar na produção assim que julgados capazes. Esta prática culminava na adultização precoce, inibindo o desenvolvimento físico e mental e por vezes, contribuindo para o aumento no percentual de mortalidade infantil.

Ariès (1986) demonstra as circunstâncias educacionais possíveis na época, à qual a criança seria submetida. As classes ministradas por grupos clérigos, reuniam crianças a partir dos dez anos de idade juntamente a todos que tivessem interesse em aprender algo, sem distinção etária. Entende-se que, não havia uma preocupação ou separação do universo adulto, as turmas eram mistas e abertas ao público. A intenção educacional presente nestas classes, ia além de transmitir algum conhecimento, mas de proporcionar um espaço seguro e uma atividade ocupacional.

Esta modalidade de atendimento é pensada em sua essência para acolher e prestar um serviço assistencial àqueles que, por alguma circunstância, estivessem desamparados. Além disso, era visto como uma forma de disciplinar e dignificar. A passagem do ambiente familiar para a vida escolástica marcava também o início da vida adulta.

A prática de assistência por grupos religiosos também se deu através da necessidade em resgatar as crianças geradas por famílias ou mães sem condições de criá-las. O sistema chamado roda dos expostos consistia no ato de deixar a criança em frente às igrejas para que fosse acolhida.

[...] Uma das instituições brasileiras mais duradouras de atendimento à infância, que teve seu início antes da criação das creches, foi a roda dos expostos ou roda dos excluídos. Esse nome provém do dispositivo onde se colocavam os bebês abandonados e era composto por uma forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória e fixado na janela da instituição ou

das casas de misericórdia. Assim, a criança era colocada no tabuleiro pela mãe ou qualquer outra pessoa da família; essa, ao girar a roda, puxava uma corda para avisar a rodeira que um bebê acabava de ser abandonado, retirando-se do local e preservando sua identidade. (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 82)

Renata Gonçalves (2012), em *A História das Creches*, esclarece que a ideia inicial surge inspirada em ações médico-assistencialistas. Este aspecto se dá em razão, da necessidade em combater os altos índices de mortalidade e desnutrição infantil, que dessa vez, se desdobravam devido às desigualdades sociais. Intencionando a oferta de amparo as famílias operárias que precisassem deixar o lar para adentrar aos meios de produção. Outra face desta problemática se apresenta nas longas jornadas de trabalho com baixa remuneração, que por sua vez não permitiam uma maior atenção às crianças ainda em anos iniciais. Em uma perspectiva a qual a classe operaria não tivesse condições de oferecer alimentação e segurança as suas famílias, a creche se torna um projeto por parte dos detentores dos meios de produção para conter esta demanda.

A desnutrição se mostra como resultado aos baixos recursos das famílias que mostravam impedidas de oferecer uma alimentação completa. Segundo Gonçalves (2012), Medidas sanitárias também estão presentes nessa iniciativa, uma vez que, a falta de saneamento na época era uma das principais causas de surtos epidêmicos. Na intenção de diminuir estas ocorrências, a creche era compreendida como um espaço ao qual as crianças receberiam o devido cuidado e estariam em segurança. Este espaço é pensado como método de combate a todas as problemáticas até aqui citadas.

Outra face da história das creches no Brasil se dá na entrada da mulher no mercado de trabalho e como provedora de subsistência para o lar. Este momento abarca uma série de conflitos uma vez que, sem a mãe a principal responsável pelo lar na época, as crianças deveriam ser entregues em tempo integral a tais instituições. Há segundo Paschoal e Machado (2009) uma revolta em razão da longa jornada de trabalho e baixa remuneração que, resultavam na falta de recursos para mantimento do lar e tempo para cuidado das crianças.

Diante dessas circunstâncias, desdobram-se movimentos operários em prol de melhores condições de vida e trabalho. Como resposta e contenção de revoltas, os donos dos meios de produção ofertam a abertura de novas creches que pudessem atender aos filhos destes operários. No entanto, intenciona-se prioritariamente a melhora na qualidade da produção

frente a um amparo aos trabalhadores.

[...] procurando diminuir a força dos movimentos operários, foram concedendo certos benefícios sociais e propondo novas formas de disciplinar seus trabalhadores. Eles buscavam o controle do comportamento dos operários, dentro e fora da fábrica. Para tanto, vão sendo criadas vilas operárias, clubes esportivos e também creches e escolas maternas para os filhos dos operários. O fato dos filhos das operárias estarem sendo atendidos em creches, escolas maternas e jardins de infância, montadas pelas fábricas, passou a ser reconhecido por alguns empresários como vantajoso, pois mais satisfeitas, as mães operárias produziam melhor. (OLIVEIRA, 1992, p. 18)

De acordo com Finco, Gabbie Faria (2015) um período no qual as leis trabalhistas promoviam o direito a mães de crianças pequenas a creche. Este ato objetivava a abertura de espaços por parte do contratante como um direito trabalhista, ou seja, uma obrigação. Estas não possuíam fins educativos, mas de promoção da assistência. Apesar das iniciativas, o projeto não teve total aderência.

É importante ressaltar que, para além das crianças deixadas por famílias mais pobres, também havia uma perspectiva de acolhimento a crianças abandonadas por mulheres que passassem por uma gravidez indesejada. Rizzo (2003) aponta historicamente a necessidade de mulheres pertencentes à corte de abandonar os filhos ao nascimento para evitar um sentimento de constrangimento. A autora também reflete acerca da facilidade no descarte de uma criança.

Teles (2015) retrata no capítulo “A participação feminista na luta por creches!”, do livro *Creche e Feminismo*, o reflexo dos movimentos feministas estadunidenses na luta pelo direito da mulher em quaisquer circunstâncias em ter a opção de deixar o seu filho na creche. Foi durante a ditadura militar no Brasil, nas décadas de sessenta e setenta, que mulheres trabalhadoras pertencentes ao movimento feminista ergueram a bandeira em prol da creche para todos. Acreditava-se que essa era uma demanda da mulher e estaria relacionada à liberdade e independência.

A creche se torna uma demanda pública ao passo que o discurso tende a se apresentar como uma necessidade e direito da criança em anos iniciais e não somente da mulher. Neste momento, há o reconhecimento da infância enquanto período de desenvolvimento e, portanto, detentor de atenção e estímulos. As creches passam então a ser reconhecidas como espaço socializador e pedagógico. São pontuados como alguns dos jardins feministas:

[...] creche não é depósito de crianças; creche não é caridade, é um direito! Creche não é estacionamento! Cabe ao estado garantir políticas públicas que propiciem espaços sociais e pedagógicos para que as crianças pequenas sejam acolhidas e socializadas. Assim as feministas e o movimento de mulheres politizaram a creche. (TELES. 2015. p. 25)

Percebe-se então a partir das pautas em questão, que o discurso assistencialista envolto a história da creche no Brasil, passa a ser ressignificado. A tomada por um sentido pedagógico no qual o desenvolvimento da criança é o pilar principal da filosofia deste espaço, remete a novas mudanças. No entanto, para compreende-se que o reflexo da linguagem assistencialista ao longo dos anos atravessa também aspectos culturais.

É importante ressaltarmos que, a linguagem assistencialista passa a história e essência da Educação Infantil, por vezes, em razão de questões culturais particulares a cada época. Como citado ao longo da pesquisa e mais explicitado na próxima sessão; a criança enquanto sujeito passa por um período de anulação da sua identidade e direito a infância. Este período reflete-se numa iniciativa médico-higienista na abertura de espaços de combate à desnutrição e mortalidade infantil; posteriormente, a mulher enquanto sujeito passivo a uma cultura patriarcal e que, portanto, se submete ao descarte do seu filho em instituições assistencialistas (ressalta-se o alto índice de crianças em orfanatos); novamente a mulher ressurgue, desta vez adentrando ao mercado de trabalho e tendo que recorrer às creches.

A partir do direito a creche, muitos outros são conquistados ao longo da trajetória da EI. Em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos já promulgava sobre os direitos essenciais de todos e versava sobre a figura da criança. A Constituição de 1988 aborda o dever do Estado em promover as direitas da criança e do adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 tem sua primeira publicação e nele são expostos artigos em prol da vida, educação, saúde, respeito, dignidade, convivência em família, liberdade. As Leis de Diretrizes e Bases reconhecem a EI como parte da educação básica.

Compreende-se, portanto, que a EI contemporânea não mais apresenta a assistência como um de seus objetivos, uma vez que é reconhecida como modalidade educacional. Ressalta-se apesar do novo padrão, a preservação de uma linguagem popular que carrega consigo a essência da prestação de serviços de apoio a família. Este ponto de reflexão deve ser analisado através de uma ótica a qual sejam esclarecidos os principais fatores que levaram a manutenção da linguagem assistencialista no tempo.

3. A evolução da linguagem educacional no tempo

A linguagem educacional ou discurso educacional quando relacionado à Educação Infantil (EI) ao longo da história, se mostra parte dos processos sociais, econômicos e culturais, os quais determinados grupos atravessaram. A forma atemporal a qual alguns jargões da língua se mantiveram pode ser compreendida a partir da análise da manutenção dos fenômenos sociais, como a luta de classes e por igualdade nos papéis desenvolvidos pelos diferentes gêneros e condições de trabalho.

A consolidação legislativa da EI enquanto modalidade de ensino não foi e atualmente não se mostra como sinônimo de mudança no sentimento de amparo o qual as instituições ainda transmitem. Esta questão tende a se relacionar durante toda a história da EI as condições as quais famílias de classes menos favorecidas buscam no ambiente escolar. Por vezes a possibilidade a alimentação e segurança sobressaem a questões educativas.

Como exposto por Ariès (1986) na sessão anterior, a linguagem assistencialista surge num contexto de comunhão de grupos religiosos e apoio àqueles que não pudessem estar junto ao ceio familiar. Esta ideia se estende ao acolhimento das pessoas em situação de rua, ou seja, se mostra também como uma medida de segurança. Tampouco eram valorizados a transmissão de conhecimento por ela mesma, mas a oferta de um espaço de acolhida.

Posteriormente, com o surgimento das creches há uma tendência médico- assistencialista se formando, em prol do controle dos índices de mortalidade infantil e desnutrição. Desta vez, é proposto um espaço idealizado para contenção de demandas sociais. No entanto, vale a reflexão acerca dos grupos que estavam sujeitos a tais situações; de acordo com Gonçalves (2012), as famílias operárias que prestavam longas jornadas de trabalho e recebiam remunerações insuficientes para maiores cuidados, eram o alvo de tais projetos e os que mais procuravam estes espaços. Esta que também era uma via de escape para mulheres trabalhadoras, manteve seu caráter assistencialista.

A tomada por um teor educacional se deu com a oferta de creche para todos e não só as crianças de famílias operárias. A oferta e demanda de espaços também suscetível à capitalização do seguimento. Mas os objetivos que levavam aqueles grupos a recorrerem às creches anteriormente, permaneceram o mesmo. Neste momento, a reflexão nos aponta dos eixos; os grupos que recorriam a estes espaços visando o desenvolvi-

to e educação; e os grupos que apesar de desejarem o desenvolvimento e educação, tinham como principal preocupação a oferta de um espaço seguro no qual as crianças fossem também nutridas.

[...] Enquanto as instituições públicas atendiam às crianças das camadas mais populares, as propostas das particulares, de cunho pedagógico, funcionavam em meio turno, dando ênfase à socialização e à preparação para o ensino regular. Nota-se que as crianças das diferentes classes sociais eram submetidas a contextos de desenvolvimento diferentes, já que, enquanto as crianças das classes menos favorecidas eram atendidas com propostas de trabalho que partiam de uma idéia de carência e deficiência, as crianças das classes sociais mais abastadas recebiam uma educação que privilegiava a criatividade e a sociabilidade infantil. (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 84)

Neste ínterim, a linguagem assistencialista tende a se prender a um padrão econômico à medida que, que ocorrem tentativas de órgãos públicos em suprir problemáticas sociais como a fome, em espaços escolares; neste ponto compreende-se que, a oferta de merende escolar é essencial, no entanto, é preciso que esta não seja uma necessidade, ou a única opção de refeição do aluno. A procura por assistência em instituições educacionais vai além da realidade de longas jornadas de trabalho, é também uma falha institucional, na qual a falta de políticas públicas ainda reitera as más condições de alimentação familiar.

4. Considerações finais

Compreende-se que, a linguagem educacional quando voltada ao assistencialismo na Educação Infantil (EI), se apresenta como reflexo histórico e estrutural do sistema educacional brasileiro. Este fenômeno presente na linguagem popular advém de questões socioeconômicas e, portanto, se mantém.

A quebra deste jargão poderia ser pensada num paradigma no qual o espaço escolar fosse pensado somente a educar, mas para tanto, as demandas relacionadas às desigualdades deveriam ser supridas em programas especializados. Nesta utopia, a oferta e demanda se desdobrariam por outros objetivos, e a linguagem assistencialista estaria remetida a de fato instituições assistenciais.

A linguagem como fenômeno cultural se apresentou ao longo da pesquisa como resultado dos impasses atravessados ao longo dos anos. É importante ressaltar a relevância em compreender os processos resultantes da língua; a história da educação e o espaço educacional são políticos

e devem ser contextualizados como tal. A EI tem sua trajetória pautada na luta de classes, e, portanto, é refletida na contemporaneidade através da atemporalidade presente nas questões sociais.

[...] Creche é uma política pública de fortalecimento da sociedade e da cidadania. Deve ser um equipamento laico, com profissionais qualificados para um trabalho social de fundamental importância. Deveria sempre contar com a participação de órgãos públicos sob a perspectiva de equidade de gênero, raça/etnia e direitos humanos na construção de suas diretrizes de modo a assegurar uma base sólida para a educação democrática e não violenta numa perspectiva de se alcançar uma sociedade digna e plural. (TELES, 2015, p. 31)

Ao tratar o tema a EI no Brasil e a evolução da linguagem educacional no tempo, deve-se analisar o contexto que levou a consolidação deste padrão, uma vez que a formação dele não se deu de maneira isolada. O percurso traçado até a contemporaneidade é repleto de lutas e estigmas, por isso, a importância em compreender a criança, os tipos de infância e o papel da família nas diferentes épocas. De certo, a formação de professores e a conquista de políticas públicas que reconheçam a EI como atendimento profissional especializado, são também algumas medidas de contenção destes fenômenos. Vale reiterar a importância em tornar a ótica popular a respeito das instituições educacionais para um espaço de reflexão e desenvolvimento, e para tanto tende a ver estratégias externas de assistência e enfrentamento das desigualdades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *A Base Nacional Comum Curricular*. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em: jan. 2018.

FINCO, Daniela; GABBI, A. Marcia; FARIA, G. L. Ana. *Creche e feminismo desafios atuais para uma educação descolonizadora*. São Paulo: Leitura Crítica, 2015.

GONÇALVES, Renata. *A história das creches*. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/a-historia-das-creches.htm>.

PASCHOAL, D. Jaqueline; MACHADO, G. C. Maria. A História da Educação Infantil no Brasil: Avanços Retrocessos e Desafios dessa Modalidade Educacional. *Revista Histedbr On-line*, p. 78- 95. Campinas. 2009.

TELES. A.; AMÉLIA, Maria. A participação feminista na luta por creches! In: FINCO, D.; GABBI, A.M.; FARIA, G.L. *Creche e feminismo desafios atuais para uma educação descolonizadora*. São Paulo: Leitura Crítica, 2015.

RIZZO, Gilda. *Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

KRAMER, Sonia. A infância e sua singularidade. In: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S.D.; NASCIMENTO, A.R. do (Orgs). *Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade*. Brasília: FNDE, Estação gráfica, 2007.

_____. *O papel social da educação infantil*. Disponível em: https://grupoinfoc.com.br/publicacoes/periodicos/p53_O_papel_social_da_Educacao_Infantil.pdf.

Outra fonte:

Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 26. out. 2021.